

Chegou o bedel

Revista Época, nº 520, p. 56 a 58

Data: 05/05/2008

"O resultado mostra a baixa inteligência dos alunos". Foi assim que o coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas, reagiu à divulgação das notas do Enade, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, na terça-feira passada. Foi além. *"O baiano toca berimbau porque só tem uma corda, se tivesse mais, não conseguiria"*, disse. O Ministério da Educação (MEC) tem uma avaliação diferente. As notas do Enade e do Indicador de Diferença entre o desempenho Observado e Esperado (IDD) – que compara conhecimento entre alunos no 1º e no último ano – servem para avaliar as Faculdades.

Foi essa convicção que levou o ministério a apertar o cerco às Faculdades que distribuem diplomas sem investir na formação de profissionais qualificados. Com o resultado do Enade, o MEC divulgou uma lista de 17 cursos que vão sofrer intervenção federal. Essa é a terceira área que passa pelo processo, o mais rigoroso já implementado pelo ministério. Antes as faculdades do país só eram acompanhadas de perto nos primeiros anos de funcionamento ou em casos de denúncia. Agora a ação federal está se estendendo às instituições com má avaliação de acordo com o aprendizado de seus alunos. Além de Medicina, 89 cursos de Direito e 60 de Pedagogia e Normal Superior passaram pelo pente-fino. Começamos pelas áreas que consideramos estratégicas para o país. *"Mas, até o fim do ano, poderemos selecionar outras"*, afirma Ronaldo Mota, secretário de Ensino Superior. *"A idéia da supervisão é que tenha caráter de blitz"*.

Entraram na mira as instituições que tiraram 1 e 2, em uma escala de 1 a 5, no Enade (o antigo Provão) e no IDD. Elas terão de se submeter a uma comissão de inspeção, que vai apontar os investimentos necessários para recuperar o curso. Se não cumprirem o plano, o ministério ameaça cassar seu reconhecimento. A decisão por qualidade das instituições de ensino superior é uma resposta á demanda dos conselhos profissionais, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Federal de Medicina (CRM). Há mais de dez anos eles batem na porta do ministério para reclamar da falta de qualificação dos 737 mil profissionais recém formados despejados no mercado todo ano. Cerca de 75% deles saem da rede privada.

Dos 89 cursos de Direito sob intervenção, nenhum conseguiu aprovar mais de 10% de seus alunos no exame da OAB. Em teste realizado pelo conselho de Medicina de São Paulo, mais da metade dos médicos recém-formados no ano passado foi reprovada. *"Os alunos que saem dessas faculdades não conseguem fazer uma cirurgia ou atender casos de emergência"*, afirma Miguel Srougi, professor da Faculdade de medicina da Universidade de São Paulo (USP). *Eles acabam sendo absorvidos pelo mercado de convênios, que procuram mão-de-obra barata, e prejudicam o sistema de saúde"*.

A maioria das faculdades sob supervisão é particular e foi criada na última década, durante a expansão de ensino superior. O número dessas instituições no Brasil aumentou em 152% de 1997 a 2006.

O crescimento é crucial para o país. Hoje, apenas 11% dos jovens entre 18 e 24 anos cursa alguma faculdade. A meta do Plano Nacional de Educação é triplicar o índice. O problema é que a busca pela quantidade não tem sido acompanhada pelo investimento em qualidade. *"O que mais atrapalha é a versão mercadológica dessas instituições"*, afirma a educadora Regina Vinhaes Gracindo, secretária-adjunta da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. *"O aluno para eles é só um carnê de pagamento. Um sintoma disso é o afã em expandir sem sequer verificar se as pessoas têm condições de cursar a faculdade"*. A falta de seriedade na seleção já gerou distorções, como foi o caso de João Victor Portellinha. Com 8 anos de idade, ele passou no vestibular da Universidade (Unip) de Goiás. E saiu dizendo que a prova estava "fácil". A unidade está sob supervisão do MEC.

Para recuperar a qualidade do ensino, a principal cobrança sobre os cursos é para que invistam na estrutura para atividades práticas. Os cursos de Direito terão de criar atendimento jurídico gratuito para que seus alunos lidem com casos reais. Os de Medicina serão obrigados a manter um hospital próprio ou firmar um convênio de dez anos com um. A unidade precisa ser centro de referência em uma especialidade e ter atendimento ambulatorial para exames. *"Não dá para ensinar medicina sem paciente"*, Genário Barboisa, coordenador da Comissão de Ensino do Conselho Federal de Medicina. Como membro da comissão que certifica o pedido de

abertura de novos cursos, ele já visitou faculdades que driblavam as necessidades de equipamento por meio de currículo.

"Em nome da medicina humanizada, eles pulverizam a grade curricular com disciplina que não existe estrutura. Privilegiam História e Sociologia em detrimento de Diagnóstico e Patologia", afirma.

A segunda exigência da supervisão será o investimento no professor. As faculdades precisarão mudar a cultura de economizar na folha de pagamento para contratar professores qualificados, remunerá-los em regime integral e manter uma proporção adequada de alunos por professor. Hoje para obter a licença, as instituições são obrigadas a apresentar um percentual mínimo de docentes com mestrado e doutorado. Mas esses profissionais são caros, e as instituições criam meios de burlar a regra. Como no caso do professor de Sociologia José Renato de Campos Araújo. Em 2001, ele foi apresentado a uma comissão do MEC como Professor de um curso de Relações Internacionais da Faculdade Trevisan, em São Paulo. *"Eu fazia o doutorado, e isso contou pontos na avaliação".* O curso ganhou a licença, mas, quando as aulas começaram, Araújo ficou de fora. *"Eles disseram que meu salário era muito alto".* Por mais um ano ele deu aula em outros cursos da faculdade. *"Assim que completei o doutorado fui demitido".*

Araújo viveu o paradoxo enfrentado por milhares de professores de ensino superior privado: quanto mais qualificado, mais difícil obter emprego. No ano em que foi demitido da Trevisan, ele passou em um concurso para a universidade de São Paulo, onde hoje coordena o curso de Gestão de políticas Públicas. O diretor acadêmico da Trevisan, Arnaldo de Santi Filho, diz que Araújo não deu aula porque sua disciplina não fazia parte do currículo do 1º ano. *"A demissão dele não teve nada a ver com a obtenção do doutorado. A faculdade preza pela formação dos professores," diz.*

Entre os professores qualificados, o excesso de alunos por turma pode impossibilitar o bom andamento da aula. Um professor de Odontologia de uma unidade do grupo Unip, que não quer se identificar, diz que o número de alunos sob sua supervisão em aula aumentou de 12 para 20 nos últimos anos. *"Eles fazem operação de canal em pacientes reais, preciso acompanhar de perto".*

Para dar tempo de supervisionar todos, ele diz que foi preciso limitar a atividade dos alunos aos dentes da frente dos pacientes. *"Os dentes posteriores, que não são mais difíceis de operar, não dá tempo de fazer".*

Quando ganharem o diploma o diploma, os futuros dentistas vão praticar operação de canal pela primeira vez nos dentes posteriores de seus pacientes. *"Casos assim devem ser denunciados",* afirma Paulo Barone, membro da Câmara de Ensino superior do Conselho Nacional de Educação. *"Mesmo que o curso não esteja na área de supervisão do MEC, a faculdade pode sofrer intervenção".* Procurada pela reportagem, a Unip enviou uma nota dizendo que a relação de professores e alunos nas aulas de Laboratório em suas unidades mantém-se constante desde a fundação do curso.

Mesmo entre as faculdades já sob supervisão, muitas não cumprem à risca o plano de recuperação. O Centro Universitário Ibero-Americano (Unibero) criou um núcleo de atendimento jurídico para atender à demanda do MEC. Mas, em resposta à obrigação de contratar um terço dos professores em regime integral para que possam atender alunos e fazer pesquisas, a instituição dá evasivas. *"Ai é uma questão de entendimento".* diz o coordenador do curso de Direito Alberto da Silva Cardoso".

Os professores recebem pelas horas em que prepararam aula, isso já é um tipo de pesquisa. Hoje, dos 17 professores de Direito da Unibero, 13 trabalham no regime conhecido como horista: dão suas horas de aula e vão embora. Devido à falta de tempo, os alunos com dúvidas são atendidos pelos corretores. *"Gostaria de abrir mão de algumas atividades remuneradas para fazer pesquisa. Acho que seria bom para minha aula",* diz a professora de Direito Civil Sônia Aguiar do Amaral Vieira. *"Mas falta remuneração para isso".*

Especialistas em ensino superior afirmam que um curso não consegue manter o nível de qualidade sem professores que façam pesquisas acadêmicas. Lidando com o ponto de conhecimento, são eles que vão estimular a formação de profissionais questionadores e com iniciativas para novas descobertas.

As faculdades têm um ano para mudar.

Em 2009, as comissões de supervisão voltarão a visitá-las para verificar se as mudanças foram implementadas. *"Se elas não cumprirem o termo, vamos abrir processo administrativo, e a relação será quase que belicosa"*. Os alunos das instituições supervisionadas estão divididos em relação ao que chamamos de "lista negra do MEC". Na Unibero alguns já mudaram de faculdade, com medo de o diploma perder o valor. Os que ficaram apostam que a faculdade se recupere. *"Já dá pra sentir uma mudança nas postura dos professores"*, diz Ana Paula Monteiro, aluna do 3º ano de Direito. *"Eles estão dando mais atenção às perguntas dos alunos"*.

As piores faculdades de Medicina.

As notas mais baixas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e do Indicador de Diferença entre Desempenho Observado e Esperado (IDD). Os conceitos vão de 1 a 5.

INSTITUIÇÃO	ENADE	IDD
Universidade Metropolitana de Santos (SP)	2	2
Faculdade de Medicina do Planalto Central (DF)	2	2
Centro Universitário Serra dos Órgãos (RJ)	2	2
Universidade de Uberaba (MG)	2	2
Universidade Federal de Alagoas (AL)	2	2
Universidade Severino Sombra (RJ)	2	2
Universidade Federal do Pará	2	2
Universidade Federal da Bahia (BA)	2	2
Centro de Ensino Superior de Valença (RJ)	2	2
Centro Universitário de Volta Redonda (RJ)	2	2
Universidade Luterana do Brasil (RS)	2	1
Universidade de Ribeirão Preto (SP)	2	1
Universidade Federal do Amazonas (AM)	2	1
Centro Universitário Nilton Lins (AM)	1	2
Universidade Iguazu (RJ)	1	2
Universidade de Marília (SP)	1	1
Universidade Iguazu (RJ)	1	1